

NOTAS ECONÓMICAS 13

FRANCISCO LOUÇÃ DANÇANDO COM OS LOBOS — INQUÉRITO NAS FRONTEIRAS DA ECONOMIA

ANTÓNIO MARTINS NOTAS SOBRE A TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS SOCIEDADES

JOÃO PAULO COSTA A FERRAMENTA INFORMÁTICA NO APOIO À DECISÃO

ANA MARIA ABRUNHOSA ACORDOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: UM OBSTÁCULO OU UM COMPLEMENTO AO MULTILATERALISMO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL?

HELENA MARQUES TRADE, INTEGRATION AND GROWTH: THE PORTUGUESE EXPERIENCE

HENRI GOVERDE MANAGING INTEGRATION AND MARGINALISATION FOR THE NEW EUROPE



Círculo FEUC

Realizou-se no dia 23 de Abril de 1999, na Universidade de Coimbra, o doutoramento *honoris causa* de Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique. Publicam-se aqui as orações de elogio do Doutorando e do seu Apresentante, Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa, professoras, respectivamente, pelo Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos e pelo Professor Doutor José Reis.

Doutoramento *honoris causa* de Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique 23 de Abril de 1999

Boaventura de Sousa Santos

Senhor Presidente da República, Magnífico Reitor, Autoridades académicas, civis, militares e religiosas, Senhores Doutores, Senhores Assistentes e Investigadores, Senhores Estudantes, Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores

Joaquim Alberto Chissano vai em breve pedir ao Magnífico Reitor a imposição da láurea doutoral pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Apresenta-o e afiança-o no seu pedido Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa. Não é mera coincidência que tal doutorando tenha tal apresentante. Sem desprimor para nenhum dos que o precederam desde o 25 de Abril na mais alta magistratura do Estado, Jorge Sampaio é o Presidente que mais intensamente tem vivido o peso da responsabilidade histórica de Portugal para com a África. Tem-no vivido de duas formas. Em primeiro lugar, pela cuidada atenção que tem dado às nossas relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa. Tem seguido muito de perto os dilacerantes problemas da guerra em que alguns dos países continuam mergulhados, exercendo a sua magistratura de influência no sentido de serem buscadas soluções negociadas e de ser minorado o sofrimento humano de tantas populações que em tantas ocasiões têm manifestado o seu desejo de paz e de uma vida digna sem abrigos onde esperar a morte, sem caminhos minados onde a morte espera.

Por outro lado, o Presidente da República tem acompanhado com grande preocupação a emergência de comportamentos racistas na nossa sociedade, comportamentos que predominantemente vitimam as comunidades africanas e tem estado na primeira linha da condenação veemente de tais comportamentos. A sua pedagogia anti-racista tem-se ouvido bem alto, com ela chamando a atenção para as exigências humanistas de um país com tantas

responsabilidades históricas nos contactos inter-raciais e interculturais.

Por estas razões, ninguém melhor que Jorge Sampaio poderia emprestar a este acto o pleno simbolismo que ele reclama nestes claustros onde se guarda um passado que, em suas grandezas e misérias, é a medida do que somos no mais íntimo da nossa identidade colectiva. Ninguém melhor que ele para acompanhar o ilustre representante desse mundo multicultural e multiétnico que hoje acolhemos, um mundo com que Portugal, para o bem e para o mal, partilhou tantos séculos de história.

Seria demasiado fácil julgar hoje, com os olhos de hoje, esse passado. Sabemos que os descobrimentos foram recíprocos e o facto de tal não ter sido reconhecido pela história ocidental faz com que eles tenham tanto de descobrimento como de encobrimento. Sabemos que os encontros de cultura não foram verdadeiramente encontros, foram mais propriamente encontrões que amesquinharam, marginalizaram e destruíram as culturas encontradas. Sabemos que o colonialismo foi a primeira versão da globalização capitalista, uma forma violenta de integração, operando mais pela exclusão do que pela inclusão, indiferente ao sofrimento humano, sempre causado em nome do progresso e da civilização, dois dos muitos nomes do Deus imperial, uma constelação multiforme de dominação que incluiu desde as formas primitivas do trabalho escravo, trabalho forçado, deslocação maciça de populações, destruição de culturas ancestrais, até ao ajustamento estrutural, dívida externa, benevolência repressiva das organizações não governamentais, cultura Disney e Coca Cola, etc. Sabemos ainda que a descolonização podia ter sido muito menos dolorosa tanto para os africanos como para os portugueses e que a guerra fria, se por um lado ajudou as forças anticoloniais, por outro lado, impediu a consolidação pacífica dos novos Estados.

Sabemos tudo isto, mas sabemos sobretudo que é fácil promulgar juízos sobre factos fora do tempo e do contexto em que ocorreram. A atitude mais sensata é a de tentar compreender sem perdoar e de transformar esse passado numa exigência de lucidez e de auto-suspeição que nos vigie contra a tentação de reproduzirmos a ordem imperial no exacto pro-

cesso em que fazemos as nossas proclamações anti-imperiais.

Essa exigência e essa vigilância têm de ser fundadas em muito estudo. A história do colonialismo português está ainda em grande medida por fazer e o mesmo sucede com o processo de descolonização. Apenas para dar um exemplo particularmente pertinente na circunstância, dispomos no Centro de Documentação 25 de Abril da nossa Universidade de documentação preciosa sobre a descolonização em Moçambique à espera que os investigadores moçambicanos, portugueses e outros se interessem por ela.

Por falta de estudo, o colonialismo português é frequentemente equiparado ao francês ou ao inglês, quando, de facto, teve não só uma duração como uma natureza política diferentes. Não foi melhor nem pior, foi diferente porque protagonizado por uma potência imperial diferente, um país pequeno e pobre que não pôde ter vários sonhos ao mesmo tempo. Teve o sonho do Brasil e só depois deste perdido e já quase só no nosso século teve o sonho da África. A realização desse sonho, que para os africanos foi tantas vezes um pesadelo, foi sempre precária porque em boa medida subsidiária de interesses imperiais estrangeiros que sempre tutelaram Portugal. Fomos simultaneamente um colonizador formal e uma colónia informal, vimo-nos reflectidos num espelho em que o nosso rosto nem era o de Próspero nem o de Caliban.

Um passado complexo e rico, pois, que devemos hoje encarar com sobriedade e pragmatismo, sem vergonha nem triunfalismo. Acima de tudo, devemos encará-lo como uma exigência de futuro. E as condições auspiciosas de que dispomos hoje só aprofundam essa exigência.

É essa exigência que convoca hoje aqui os Presidentes de dois países irmãos e nos convoca a todos para a testemunhar e a fazer nossa. Uma convocação que tem um circunstancialismo muito especial. Por duas razões principais. Em primeiro lugar, juntamo-nos aqui nas vésperas da comemoração dos 25 anos do 25 de Abril, o acontecimento político onde se começou a tecer o nosso encontro de hoje. Um acontecimento crucial, mas tragicamente incompleto, não só porque muito do que prometeu ainda está por cumprir, como





sobretudo porque não chegou ainda a um dos territórios a que se destinou, Timor-Leste. As forças do novo e velho fascismo continuam sedentas do sangue deste povo mártir. Ficaria de mal comigo se não dedicasse a minha participação nesta exaltante cerimónia ao povo de Timor-Leste. Desejo ardentemente que ele, enquanto povo, seja o nosso próximo doutor *honoris causa*. Desta peanha, intimo o Governo português a agir no pressuposto de que para um país como nós, Timor-Leste vale mil vezes mais que mil Agendas 2000, já que nenhum montante de fundos estruturais, por mais vultuoso, chegaria a valer os trinta dinheiros de uma traição ao nosso compromisso histórico para com este povo mártir e irmão.

O segundo circunstancialismo do momento que a todos envolve é a Guerra nos Balcãs. A arrogante Europa que desde meados deste século quis ensinar a paz e a negociação aos inexperientes povos do Terceiro Mundo, considerados tribais e irracionais nas suas disputas, vê-se repentinamente envolvida numa guerra brutal e ilegal, absurda e irracional. Uma maneira trágica e revoltante de terminar o milénio, perversamente voltando ao seu começo. No início do milénio, convocados pelo Papa a salvar o Ocidente das garras do Oriente, os senhores feudais da Europa viram-se na contingência de marchar nas Cruzadas, nas quais insistiram por quatro vezes, falhando sempre os objectivos, produzindo sempre resultados inversos dos que se propunham. Hoje, os países da Europa, convocados pela força hegemónica do nosso tempo, os Estados Unidos da América, entram numa guerra que sabem não ser deles ainda que justificada em nome deles, uma guerra que produzirá, tal como as Cruzadas, efeitos tragicamente inversos e perversos. A demonstração impecável do cumprimento da legalidade nacional não pode fazer esquecer que o que está em causa é uma trágica, inapelável e potencialmente incontrolável violação da legalidade internacional. É tempo da Europa aprender com líderes africanos da estatura do Presidente Chissano ou do Presidente Mandela.

É por este duplo circunstancialismo, do 25 de Abril e da guerra nos Balcãs, que este acto assume o seu pleno significado. Nele consa-

gramos um homem do 25 de Abril. Nele consagramos um homem da paz.

Joaquim Alberto Chissano nasceu a 22 de Outubro de 1939 em Malehice, distrito de Chibuto, na província de Gaza, no sul de Moçambique. Teve o primeiro contacto com a política nacionalista quando frequentava a Escola Secundária em Maputo, então Lourenço Marques. Ingressou no Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique, NESAM, uma associação de inspiração nacionalista fundada por Eduardo Mondlane, tornando-se seu presidente em 1959/60.

Partiu de Moçambique para Portugal em 1960 para continuar os estudos universitários, mas viria a fugir em 1961 para se juntar às Forças de Libertação. Em França, com outros jovens, criou a União Nacional dos Estudantes Moçambicanos de que foi eleito presidente. Associou-se aos movimentos nacionalistas dos estudantes dos cinco países africanos colonizados por Portugal, assim como de outros países africanos, incluindo a Associação dos Estudantes Argelinos.

Tornou-se membro da FRELIMO em 1962, interrompendo os seus estudos para assumir as funções de secretário particular do Primeiro Presidente da FRELIMO, Dr. Mondlane.

Depois de receber treino militar, Joaquim Chissano começou a leccionar em 1965 no Instituto de Moçambique, uma Escola Secundária da FRELIMO para os jovens moçambicanos em Dar-Es-Salaam. Ao mesmo tempo, retomou as funções de secretário particular do Presidente e de secretário do Departamento de Segurança. Em paralelo com outras funções, tornou-se membro do Comité Executivo da Frente de Libertação de Moçambique e chefe da Missão Permanente da FRELIMO na sua sede provisória em Dar-Es-Salaam. Foi eleito para a direcção da FRELIMO durante o Segundo Congresso, realizado em Matchedje, uma zona libertada da província do Niassa.

Como chefe de segurança, trabalhou ombro a ombro com Samora Machel, na altura chefe de instrução militar, comandante do Exército e, mais tarde, Presidente da FRELIMO após o assassinato de Eduardo Mondlane, a 3 de Fevereiro de 1969.

Sob a liderança de Samora Machel, Joaquim Chissano participou nas conversações de Lusaka entre a FRELIMO e o Governo português saído do 25 de Abril, visando o fim da guerra e o estabelecimento do calendário para a Independência de Moçambique, conversações que culminaram com a assinatura do Acordo de Lusaka, a 7 de Setembro de 1974.

Na implementação do Acordo de Lusaka, foi nomeado pelo Presidente Samora Machel para a difícil tarefa de conduzir o país na transição para a Independência. Foi Primeiro-Ministro do Governo de Transição que incluía Ministros Portugueses e alguns da FRELIMO. Foi um momento difícil, que conduziu com perícia, enfrentando eficazmente os acontecimentos de 7 de Setembro e de 21 de Outubro de 1974.

Após a independência, a 25 de Junho de 1975, Joaquim Chissano foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupou durante onze anos. Representou a República de Moçambique na Assembleia Geral das Nações Unidas, na Organização da Unidade Africana, no Movimento dos Não-Alinhados, e em muitas outras instâncias internacionais.

Joaquim Alberto Chissano foi eleito Presidente da FRELIMO pelo Comité Central do partido, a 4 de Novembro de 1986, sucedendo a Samora Machel morto num acidente aéreo, em Outubro de 1986, cujas causas ainda não estão esclarecidas. Em 1987, iniciou contactos no país e no estrangeiro, com vista a pôr termo à desestabilização interna que há anos vinha dilacerando o país. Em 1988, conseguiu manter contactos preliminares com a RENAMO, com a mediação de um grupo de líderes religiosos e do Governo queniano. Estes contactos terminaram com as conversações directas entre o Governo moçambicano e a RENAMO, com início em 1990 em Roma, culminando com o Acordo Geral de Paz, assinado, na capital italiana, em 1992.

Em 1989-90, conduziu o debate sobre a revisão constitucional que esteve na origem da nova Constituição, aprovada em Novembro de 1990, a qual transformou profundamente o sistema político e económico do país. Em 1994, ganhou por maioria absoluta as eleições presidenciais multipartidárias realizadas sob a supervisão da Comunidade Internacional.

O Presidente Chissano é hoje um dos mais respeitados líderes políticos africanos. Tem a seu crédito a prossecução de três bens públicos que na África de hoje são extremamente escassos: a paz, a liberdade e o desenvolvimento. A consolidação de qualquer deles parece tão firme que muitos vêem aí o legado duradouro da acção política de Joaquim Chissano. Sabemos, no entanto, e sabe-o muito aguda e particularmente o Presidente Chissano, que a volatilidade do mundo de hoje não é propícia a consolidações duradouras dos frutos da governação. O dinamismo quase vertiginoso da globalização neoliberal tão exigente quanto destrutivo, a fragilidade dos consensos internacionais constantemente ameaçados pelas irrupções do fascismo internacional fazem com que a governação dos povos, sobretudo dos mais vulneráveis, seja exercida quase sempre à beira do abismo. Nestas condições, os créditos na prossecução de bens públicos estão sempre em conta aberta, convivendo quotidianamente com o perigo das perdas.

Os dirigentes mais lúcidos, como é o caso de Joaquim Chissano, sabem pois que verdadeiramente consolidados são só os perigos que ameaçam os êxitos da acção política. Os percalços espreitam no horizonte e as armadilhas só aparentemente são lançadas sem a cooperação daqueles que se afirmam vítimas delas. Por isso, os êxitos da acção política, mais do que legados, são exigências permanentes, mais que passados exaltantes, são futuros preocupantes, mais que troféus, objectos de constante vigilância.

É esta a postura de Joaquim Chissano e, por sê-lo, incita-me a percorrer cada um dos seus créditos com os olhos nas exigências que lhe criam e nos desafios que lhe colocam.

Como a paz é a mãe de todos os bens públicos, começarei por ela e analisarei os demais bens públicos em função dela. Joaquim Chissano assumiu o valor da paz com inabalável convicção, alimentando-a, como só um filho da terra o pode fazer, nas águas silenciosas das aspirações de um povo mártir dilacerado por uma sucessão de guerras diferentes, todas iguais na morte e na dilapidação. Para conseguir a paz, tomou medidas políticas ousadas que lhe poderiam ter trazido elevados custos políticos. Prevaleceu a determinação e





hoje o Presidente Chissano é unanimemente considerado como o principal obreiro da consolidação da paz, um período de seis anos de convivência pacífica, tanto na sociedade política, como na sociedade civil, um facto político quase totalmente inédito sobretudo na África Austral. Este facto tem vindo a granjear a Joaquim Chissano um enorme respeito internacional e o seu peso político é hoje um factor crucial de estabilidade na região. Para isso tem também contribuído a grande amizade pessoal que o liga ao Presidente Mandela. É de prever que, com o afastamento deste último da cena política, o Presidente Chissano emerja como a figura política central da África Austral.

Quais são neste domínio as exigências e os desafios? Em primeiro lugar, a paz, longe de ser um acto unilateral, é sempre o resultado de uma conjugação de vontades. Cabe aqui uma palavra de apreço, inteiramente devida, a Afonso Dhlakama que ao longo destes anos esteve à altura dos objectivos da paz. O desafio é, pois, o de guardar esta conjugação de vontades dos perigos que a espreitam.

Uma das características mais intrigantes da paz é que ela não se alimenta apenas da paz. Alimenta-se das condições da paz. E estas são muitas e muito exigentes. A primeira condição é a liberdade, o conjunto das liberdades cívicas e políticas com que se constrói a convivência pacífica e democrática. A liberdade, sobretudo a liberdade de associação e de expressão, é quiçá o bem público que Joaquim Chissano tem prosseguido com mais determinação. Em nenhum acto público de importância o Presidente Chissano perde a oportunidade para insistir que a consolidação da paz, da estabilidade, da democracia e da unidade nacional só poderá ser alcançada cabalmente «com o envolvimento de todos os cidadãos e com a criação de um ambiente de abertura e de liberdade de discussão e questionamento construtivos por parte de todos os envolvidos» (discurso à Assembleia da República em 29 de Fevereiro de 1996). Ainda muito recentemente, na última informação anual à Assembleia da República, saudou o crescimento do papel dos órgãos de informação como construtores de opinião pública (*Metical* 445). Mas muito mais importante que as proclamações a favor da liberdade é a prá-

tica persistente da sua salvaguarda ante a tentação e as tentativas de a coarctar sempre que o seu exercício é incómodo para o poder. É particularmente notável o modo como Joaquim Chissano se tem mantido firme na defesa da liberdade de imprensa. É por isso que Moçambique é hoje um caso único em África, sem dúvida o país africano com mais liberdade de imprensa. É este um bem precioso cuja preservação depende em igual medida da vontade do poder político e da responsabilidade deontológica dos jornalistas.

A segunda condição da paz é a consolidação da democracia. Se não há democracia sem paz, não há paz sem democracia. No caso de Moçambique em particular, o processo de reconciliação esteve desde o início umbilicalmente ligado ao processo de democratização. A democracia é um objectivo muito mais amplo e exigente que a liberdade. Enquanto a liberdade de expressão e de associação assenta basicamente numa acção negativa do Estado, numa não-interferência, a democracia exige um conjunto complexo de acções positivas do Estado. Vou-me referir sucintamente àquelas que em meu entender constituem os maiores desafios.

Em primeiro lugar, a democracia não funciona sem as instituições políticas básicas, do recenseamento eleitoral ao estatuto de oposição, da funcionalidade dos partidos à da Assembleia da República, da regularidade e genuinidade dos processos eleitorais, à solidariedade institucional entre os órgãos de soberania. Neste domínio, os contrastes são enormes. No lado positivo, e a título de mera ilustração, Moçambique dispõe de um parlamento funcional em que 28% dos deputados são mulheres, um exemplo a seguir por Portugal e por muitos outros países democráticos. No lado negativo, penso que o estatuto da oposição está ainda por consolidar. O desafio é grande, pois, ao contrário das aparências, não há governos fortes sem oposições fortes. Um governo que assenta a sua força numa oposição fraca é um governo fraco.

Um outro pressuposto da democracia é o respeito pelos direitos humanos e o funcionamento eficaz do sistema judicial. Este constitui hoje o calcanhar de Aquiles das democracias e Portugal neste domínio tem mais lições a receber do que a dar. Moçambique vive agu-

damente a crise do sistema judicial e a máxima consciência dessa crise é o próprio Presidente Chissano. Na sua última informação anual ao país, as palavras menos eufóricas e mais preocupadas foram as dirigidas ao sistema judicial. Disse o Presidente: «o cidadão comum sente-se perdido no seu anseio de justiça quando deve aguardar anos para que justiça lhe seja feita» e salientou em especial a urgência da revisão da legislação manifestamente obsoleta «sobretudo porque sentimos o crescimento da frustração das pessoas, levando-as a actos de justiça pelas próprias mãos ou exigências de repressão intoleráveis», concluindo pela afirmação da necessidade de «melhorias significativas» no sistema judicial (*Metical* 445).

Tenho o privilégio de estar presentemente a co-dirigir uma equipa binacional de investigadores moçambicanos e portugueses que está a realizar uma investigação aprofundada sobre o sistema judicial moçambicano e espero que os resultados do nosso estudo possam contribuir, ainda que modestamente, para a identificação dos caminhos da reforma judicial. Sem um sistema judicial eficaz e honesto, uma polícia que actue no estrito marco da lei e um sistema prisional minimamente decente, as violações dos direitos humanos continuarão a fustigar as aspirações democráticas do povo moçambicano.

Relacionado com este, outro desafio importante defronta a sociedade moçambicana e também aqui não se trata de algo específico de Moçambique; trata-se, ao contrário, de um desafio virtualmente universal. Refiro-me à corrupção. São muitos os factores por detrás do crescimento exponencial da corrupção um pouco por toda a parte: a perda de referências ideológicas e éticas entre as elites no poder, a inexistência ou quebra de uma cultura de serviço público, a degradação profissional do funcionalismo público, a privatização e a desregulamentação da economia e a ocasião por elas criadas para uma voraz promiscuidade entre o governo e o sector empresarial, a ajuda internacional e os negócios locais em que é exímia, as disparidades de rendimentos, o enriquecimento rápido e a inculcação da ideia de que vale tudo e de que os fins justificam os meios, a crença na impunidade pela inanição das instituições repressivas ou pelo seu blo-

queamento através de bem urdidos tráficos de influências, etc., etc. Todos estes factores estão hoje a minar a *res publica* um pouco por toda a parte. O Presidente Chissano, bem consciente do perigo que eles representam em Moçambique, tem vindo a lançar o alerta. Na sua mais recente declaração na Assembleia da República chamou a atenção para a necessidade de criar um aparelho de Estado «menos propenso ao suborno» e encorajou a sociedade civil e a imprensa a denunciarem casos de corrupção.

No contexto específico africano e moçambicano é ainda de referir um outro desafio à paz e à democracia: a integração das autoridades tradicionais na construção do Estado e da democracia. Sabemos como o colonialismo racializou a sociedade civil urbana e tribalizou a sociedade rural, manipulando as autoridades tradicionais para as pôr ao serviço da dominação colonial. Mas sabemos também que a postura revolucionária a este respeito no imediato pós-independência teve efeitos contrastantes. Se, por um lado, constituiu um momento exaltante de anti-racismo de que Samora Machel, na peugada de Eduardo Mondlane, é o grande fundador e Joaquim Chissano o zeloso herdeiro, por outro lado, desarticulou a sociedade rural, maioritária no país, através de uma pretensa e destemperada política de destribilização. Com isto e com a subsequente desestabilização interna, as autoridades tradicionais foram objecto de uma politização imediatista que as descaracterizou das suas funções.

Hoje, o desafio é transformar o poder tradicional sem o destruir, fazer com que ele participe activamente na construção do Estado democrático descentralizado, no respeito duplo pela sua integridade e pela unidade nacional. Ao contrário do que fizeram crer certas concepções pseudo-científicas do passado, o poder tradicional é dinâmico, está em permanente transformação e um Estado multicultural e multiétnico não pode prescindir do seu contributo. Disto mesmo está plenamente avisado o Presidente Chissano. Na sua informação à Assembleia da República em 1996, disse Joaquim Chissano: «Nos nossos múltiplos contactos com representantes da autoridade tradicional nas diversas províncias em que estivemos, constatámos que ela é, no nosso





país, uma realidade viva, actuante e complexa, assumindo formas e contornos que variam de região para região». E terminou com uma exortação importante, afinal um convite à muito promissora comunidade de cientistas sociais moçambicanos: «Há uma necessidade de se aprofundar a análise desta realidade [da autoridade tradicional]» (Discurso à Assembleia da República, 29 de Fevereiro de 1996, p. 131).

Finalmente, depois da liberdade e da democracia, a terceira grande condição da consolidação da paz é o desenvolvimento económico e social, o outro bem público em que Joaquim Chissano se tem mostrado um estadista exímio. Em 1987, Moçambique iniciou, sob a liderança de Joaquim Chissano, um vastíssimo programa de reformas económicas e políticas que em dez anos mudaram totalmente a face do país. O que é único nesta mudança é precisamente o facto de ter combinado num só programa, sob inspiração do malgrado Presidente Machel, morto um ano antes, a procura da paz, a democratização do país e a transformação da economia de plano central em economia de mercado. Dilacerado pela guerra e com os indicadores sociais e económicos mais baixos da África subsariana, Moçambique iniciou, sob a supervisão do FMI, um drástico e ambicioso programa de reabilitação económica que incluiu a estabilização das taxas de câmbio, desmantelamento do protecçãoismo, privatização de cerca de 900 empresas públicas, liberalização dos mercados, transformação profunda do sistema financeiro, controle de inflação, reforma da administração pública, etc., etc. Um programa estrutural desta magnitude não podia deixar de ter custos sociais e humanos muito fortes, mas foi considerado, no contexto nacional e internacional em que ocorreu, a única saída para o impasse em que se encontrava o país. Nestas condições, o pior dos males seria que tivesse fracassado. A partida eram poucas as certezas, tão poucas que o FMI considerou Moçambique um *strong adjuster*, ou seja, um país a necessitar de uma terapia particularmente radical.

Para surpresa de muitos, dez anos depois, Moçambique tornou-se num dos poucos casos de êxito das políticas de ajustamento estrutural em África. Para este êxito, foi decisiva a

determinação do Presidente Chissano, a sua habilidade negocial, a sua conhecida ponderação e, acima de tudo, a credibilidade política para impor sacrifícios aos cidadãos moçambicanos em nome de um futuro melhor. O crescimento médio anual do PIB da ordem dos 8%, o aumento das exportações e das receitas do Estado, o controle da inflação, o aumento do investimento privado, sobretudo estrangeiro, a reforma da administração pública, tudo isto tem sido posto a crédito da renovação económica do país.

Em Setembro de 1997, o Banco Mundial e o FMI compensaram o bom desempenho de Moçambique, incluindo-o na Iniciativa de Alívio da Dívida para os Países Pobres Altamente Indivíduos (HIPC). Como disse o Presidente Chissano na recepção ao Primeiro Ministro Português, Eng. António Guterres, aquando da visita deste último a Moçambique, esta eleição de Moçambique «é reveladora da enorme confiança que a comunidade internacional deposita no desempenho económico do nosso país. É uma medida que nos irá permitir avançar um pouco mais velozmente na nossa caminhada para a eliminação da pobreza absoluta que ainda se faz sentir de forma acentuada entre os nossos cidadãos, sobretudo nas zonas rurais».

Aqui, precisamente, reside o busilis e o urgente desafio com que se defronta Moçambique. O Presidente Chissano sabe melhor que ninguém que o modelo de desenvolvimento neoliberal é socialmente injusto, não só porque legitima e aumenta transferências líquidas dos países pobres para os países ricos, como também porque gera internamente a exclusão social e o aprofundamento das desigualdades sociais. Entregue a si próprio, é um modelo voraz que vai exigindo mais e mais, da introdução do IVA à alteração das pensões de reforma, da participação dos utentes nos custos dos cuidados de saúde à redução para além do razoável do funcionalismo público e da despesa pública. A gestão dos custos sociais de tais medidas é deixada aos governos nacionais sem meios nem alternativas para lhes fazer face.

Não surpreende que muitos moçambicanos, sobretudo das camadas populares, se perguntem perplexos por quanto tempo terão de esperar até que os êxitos económicos se tra-

dizam em efectiva melhoria do seu bem-estar. A resposta que lhes dá a ortodoxia financeira internacional é sempre a mesma e foi dada por último ao jornalista do *Savana* pelo número dois do FMI, Stanley Fisher, em conferência de imprensa realizada na sede do Fundo em Washington em 29 de Outubro passado. A resposta é, como se sabe, que o crescimento económico produzirá a prazo e automaticamente o aumento do bem-estar geral da população. Sabemos hoje que assim não é, mas de pouco nos vale porque o poder da ortodoxia alimenta sem cessar a ortodoxia no poder. A credibilidade internacional do Presidente Chissano é hoje o melhor trunfo de Moçambique para exigir alguma transigência da comunidade financeira internacional, incluindo, se não for demasiado ousado lutar pelo direito humano mais fundamental dos países pobres, o cancelamento da dívida externa. O Presidente Chissano sabe melhor que ninguém que os supermercados não substituem a alma do povo, tal como as prateleiras de enlatados não alimentam o orgulho nacional.

Mas os desafios e as dificuldades não vêm apenas das grandes instituições financeiras, vêm também daqueles, nacionais e estrangeiros, que aproveitam as medidas de liberalização e privatização para buscarem ganhos rápidos e ilícitos à custa dos mais fracos. Num ambiente de euforia neoliberal é fácil confundir investimento com negociata e, sobretudo aos investidores estrangeiros, é ainda mais fácil cair na tentação neocolonialista. Um domínio económico, particularmente caro ao Presidente Chissano, assume neste contexto uma acuidade especial: a terra e a questão da terra. Esta é uma questão crucial na maioria dos países africanos e ciente disso o Presidente Chissano tem-lhe dedicado a maior atenção e tem repetidamente afirmado a sua determinação em garantir o acesso à terra. Tal determinação não pode abrandar, sobretudo tendo em vista a preocupante emergência nos últimos anos de um mercado informal da terra, motor potente de corrupção, gerador de conflitos potencialmente explosivos.

Consciente de todos estes desafios, Moçambique é hoje um país confiante e orgulhoso, cioso da paz que conquistou, determinado a trilhar um futuro que se não reduza ao

futuro que os outros lhe pretendem ditar. O símbolo máximo dessa confiança e desse orgulho e o garante último dessa determinação é o Presidente Joaquim Chissano que só por isso merece todo o nosso respeito e admiração.

Magnífico Reitor

Estão diante de vós o candidato Joaquim Alberto Chissano e seu apresentante Jorge Sampaio. Comungam ambos do ideal democrático da liberdade e da solidariedade, os mesmos que dão sentido último ao labor científico e cultural que levamos a cabo na nossa Faculdade e na nossa Universidade. Rogo, pois, Magnífico Reitor, a concessão do grau de doutor pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Joaquim Alberto Chissano.

José Reis

Quando a Universidade de Coimbra abre a porta da Sala Grande dos Actos para receber e honrar os que na vida pública se salientam e merecem o nosso reconhecimento, é porque quer sublinhar a sua voz e aquilo que ela representa.

As vozes dos homens públicos que devem ser salientadas são as que interpretam e dão sentido aos movimentos sociais, às ideias generosas, às vontades mais profundas dos povos — umas vezes, é da *dissidência* que se trata (como acontece hoje com os que se encarregam de fazer ouvir alto o que dizem aqueles que falam por Timor-Leste; como aconteceu ontem com os movimentos de libertação em África e os sentimentos oprimidos que os anos 60 revelaram); outras vezes está apenas em causa afirmar a *lealdade* ao combate por valores que se desejam universais (mas que correm o risco de não o serem se alguém deixar de os protagonizar, como acontece com a democracia e a cidadania que tantos interesses normalizadores fazem por neutralizar). Em todas as circunstâncias, o que importa é dar lugar a visões fortes acerca do modo como as comunidades humanas abrem caminhos novos e, ao mesmo tempo, guardam o que de melhor contribuiu para que elas percorressem os caminhos da história.

Há anos, quando a minha faculdade comemorava o seu 20º aniversário, neste mesmo lugar





e em cerimónia igual a esta, tive oportunidade de elogiar Albert Hirschman, um economista atento, em primeiro lugar, aos homens, aos sujeitos dos processos sociais e às racionalidades ocultas e, por isso, difusor de uma visão culta e crítica da ciência económica, capaz de combater a alteridade e, assim, ser cúmplice daqueles que são excluídos por muros invisíveis ou pelo pressuposto de que o mundo gira movido por uma mecânica fria e não por povos e ideias, movimentos sociais e dinâmicas concretas.

Para ele, a economia é uma ciência moral e política e os agentes que participam nos processos colectivos têm capacidades de expressão, isto é, voz, *lealdades* e meios para *saírem* dos contextos axiomáticos a que a teoria convencional frequentemente os supõe presos.

Hoje, não estamos a homenagear nenhum economista, estamos perante homens públicos que intervêm no mundo da política. Mas compreenderão porque fui levado a socorrer-me de Hirschman, que consideramos um dos nossos na Faculdade de Economia. Faço-o porque quero salientar as linhas de continuidade que existem entre uma ciência que se assume como moral e política e uma vida pública em que permanentemente se tratam os indivíduos como sujeitos de capacidades e, sobretudo, sujeitos de dignidade, sem esquecer que o mundo está sempre sob o risco de, por uma espécie de entropia típica das sociedades produtoras de excedentes, se enfraquecer através da exclusão e das capacidades que encobre.

E faço-o, ainda, porque o que vemos nos homens públicos que aqui trazemos é o seu papel perante a tríade de valores com que Hirschman avalia as acções humanas – como interpretam a *dissidência* quando ela é necessária, como sublinham a voz daqueles que a exercem, mas não conseguem fazê-la soar suficientemente alto, como consagram a *lealdade* aos valores humanos que são irrecusáveis em quaisquer circunstâncias.

Joaquim Chissano, como o Doutor Boaventura de Sousa Santos já salientou, é um dos símbolos lusófonos de uma dissidência leal aos valores universais da libertação dos povos, da voz dos oprimidos, do sentido da construção

de uma comunidade na África que a ideologia e a prática da globalização persistem em excluir. É-nos apresentado por Jorge Sampaio que, entre os políticos em que a democracia portuguesa se revê, é a voz do entusiasmo, da coerência e do combate por modos integrados e globais de ver a cidadania e a vida colectiva. É, seguramente, quem convoca mais gerações a sentirem-se representadas no lugar cimeiro que desempenha na nossa vida institucional — convoca a minha geração, que é a do 25 de Abril, mas que não se compreende a si própria sem a anterior, a dos que fizeram as lutas estudantis de Lisboa e de Coimbra, em 1962 ou em 1969; convoca, seguramente, a geração que hoje tem na Universidade e na sociedade as mesmas inquietações que sucessivamente foram acelerando a história e as mesmas ansiedades perante os retrocessos da ambição e da utopia; convoca, ainda, a dos democratas de sempre, daqueles que procuraram persistentemente encontrar os caminhos críticos que superam a vulgaridade.

A razão por que assim acontece é que Jorge Sampaio é, na política portuguesa, quem melhor simboliza a convicção de que a «nossa sociedade é ainda capaz de agir sobre ela própria, através das suas ideias, dos seus conflitos e das suas esperanças»; de que «a ordem institucional é ineficaz, e mesmo repressiva, se não se apoiar na reivindicação de igualdade e de solidariedade». Quer dizer, é ele quem se tem encarregado de contrapor ao pessimismo que não aponta saídas a possibilidade de identificar na nossa vida colectiva actores sociais que personificam direitos e exprimem identidades, ao mesmo tempo que demonstra que é através da conquista de direitos culturais que esses actores confirmam o seu papel e tornam irreversível a sua acção.

Esta «complementaridade entre acção social e intervenção política», esta proposta para levar a que a sociedade e os seus actores intervenham no sistema político, fazendo que princípios, à partida incapazes de serem reconhecidos, ganhem centralidade é, seguramente, uma das mais fortes mensagens que se apresentam nas atitudes do nosso Presidente da República.

Quer dizer, como o intelectual clássico interessa-se em revelar criticamente os interesses que o discurso político, por ser apenas

moralizador, tantas vezes encobre ou normaliza; como o intelectual activo acredita «na existência e na eficácia dos actores e das dinâmicas sociais, mesmo que também conheça os seus limites». Por isso lhes dá voz, lhes avalia os fundamentos das suas convicções e lhes propõe uma interpretação e um sentido.

É por isso que se obtém de Jorge Sampaio a confiança de que temos «capacidades para agir e, simultaneamente, inventar um discurso político inédito, formular objectivos novos e modos institucionais de tratar conflitos também novos». Bem o demonstrou quando se revelou o mais capaz dos políticos portugueses para compreender, estimular e dar conteúdo programático ao discurso sobre a riqueza territorial do nosso país, sobre as dinâmicas sociais baseadas no recurso que a diversidade regional representa e sobre a necessidade de uma reforma do Estado consciente dos fundamentos da coesão nacional. Quer dizer, aqueles que se interrogam sobre os problemas que o liberalismo trouxe às sociedades modernas sabem que, com as suas propostas, é possível não ficarmos confinados a uma «lógica de denúncia da crise». Para continuar a citar o último livro de Alain Touraine, já deste ano, de que me tenho estado a socorrer, pode dizer-se que, desta maneira, ao «pensamento único» não fica contraposto um simples «contra-pensamento único», eventualmente eficaz na denúncia, mas paralisante quanto às soluções.

Pela sua história de vida, Jorge Sampaio é, de facto, em Portugal, um símbolo da recusa do «pensamento único» e do que isso tem de repressivo, de estagnante, de bloqueador das emancipações. Viu-se isso pelo papel que desempenhou como dirigente estudantil (ele que foi Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa em 1960-61 e Secretário-geral da RIA em 1961-62); viu-se isso pelo papel que desempenhou no debate aberto dentro da esquerda portuguesa, antes do 25 de Abril e depois; viu-se isso como advogado e nos seus vários papéis institucionais que tem desempenhado (na Comissão dos Direitos do Homem do Conselho da Europa, de que foi membro entre 1979 e 1984; na Assembleia da República, onde foi eleito deputado em 1980, 1985, 1987 e 1991; como Secretário-geral do Partido Socialista em 1989; como co-presidente do

«Comité África» da Internacional Socialista; como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1989 e 1995; como membro do Conselho de Estado, designado em 1989).

Enquanto Presidente da República simplificou o significado deste seu propósito e chamou-lhe prosaicamente uma luta contra a lamúria, coisa que fundamentou ao revelar os que encontram soluções, criam oportunidades e põem propostas positivas onde poderia estar apenas indignação, queixume ou recusa.

Como se dizia ainda há poucos dias — quando a Revista Crítica de Ciências Sociais organizou o colóquio com que comemorou os seus 20 anos e o submeteu ao propósito de reinventar a teoria crítica — entender a sociedade, a cultura e a política no fim do século é ser-se capaz de *conjuguar a recusa com a invenção*, quer dizer com a proposta, com a intervenção e com a assunção de riscos.

Nos últimos tempos, por razões que não são para aqui chamadas, tenho tido o privilégio inestimável de ser testemunha de algumas das caminhadas em que Jorge Sampaio estimula, ouve, interpela e interpreta os actores sociais, os agentes colectivos, os mais ricos movimentos difusos que, a diversidade da sociedade portuguesa possibilita. Como homem público e garante do funcionamento do sistema político, o seu empenho e os seus objectivos são claros e consistem exactamente em fazer valer a sua cumplicidade com aqueles que procuram caminhos alternativos, assegurando-lhes que não fiquem à margem do espaço público, como simples sujeitos de práticas difusas ou de razões inconsequentes.

Vi isto, noite adentro, em Arouca, quando o Presidente da República se tornou parte dos modos de ver e de viver que fazem ricas as Serras da Freita e da Arada; presenciei o mesmo quando em Gouveia pôs cientistas sociais a discutir as políticas contra a exclusão e verificou que há respostas locais inovadoras para tais problemas ou quando em Seia tratou do binómio emprego—desenvolvimento regional ou ainda quando na Idanha se preocupou com o desenvolvimento do interior para, com uma visão positiva e conhecedora, dar razão aos que o entendem como um espaço de oportunidades e não como um custo a suportar assistencialmente.





O afecto que os portugueses dedicam ao Presidente da República resulta, pois, de reconhecerem na sua acção o reconforto de quem não vê a vida política distanciar-se perigosamente, como acontece quando impera em exclusivo o calculismo, o racionalismo frio, a falta de ousadia.

Como escreve no primeiro volume de *Portugueses* (onde se reúnem intervenções do ano inicial do seu mandato), o Presidente Jorge Sampaio está consciente de que na sociedade moderna há riscos de «crise de cidadania e crise de desenvolvimento» e por isso se atribui, ao mesmo tempo, o papel de «dar voz e visibilidade aos problemas» e de ser «também um agente de tranquilidade cívica e comunitária que é, numa democracia moderna, compatível com a inquietude e o inconformismo».

É por isso que afirma: «Não quero fazer política ficando à porta das coisas. Faço questão de continuar a ver as coisas por dentro».

«Para ver as coisas por dentro» fica bem termos aqui, na Sala dos Capelos, lado a lado, o Presidente Jorge Sampaio e o Presidente de uma nação africana cujas ambições são as de fazer uma democracia e construí-la completa; fazê-la com as próprias mãos e não obtê-la já acabada; mas nunca desistindo de a ambicionar inteira e compensadora.

Magnífico Reitor,

Sendo o Presidente Jorge Sampaio o Apresentante do Presidente Joaquim Chissano, o meu testemunho é insignificante para que todos saibamos que o novo Doutor vem avalizado por quem melhor simboliza a nossa democracia.

Por isso vos solicito que ordeneis a imposição das insígnias doutorais a Joaquim Chissano.

Provas Académicas na FEUC



Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e das teses apresentadas nas provas de Agregação, Doutoramento, Mestrado e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

Teses de Mestrado

Mestrado em Economia

Área de especialização: Economia Europeia

Comércio externo, taxas de câmbio efectivas e competitividade

Ana Isabel da Silva Alves Poças

Este trabalho tem por objectivo analisar a evolução do nível de competitividade de uma economia e relacionar modificações nas suas vantagens comparativas com alterações nas respectivas estruturas produtivas e de emprego.

De modo a precisar e tornar operacional o conceito de competitividade nas comparações internacionais, analisa-se, em primeiro lugar, a construção de diversos indicadores de competitividade — de entre os quais se destacam as diversas taxas de câmbio reais — assim como algumas questões metodológicas que lhes estão associados.

O padrão de especialização internacional e a sua dinâmica desempenham, por sua vez, um papel preponderante na estrutura produtiva e, conseqüentemente, na estrutura de emprego de uma economia. Procura-se, assim, estudar o impacto de modificações nas vantagens comparativas, nomeadamente resultantes de modificações na taxa de câmbio real, sobre a estrutura de emprego. Num contexto de crescente mundialização, analisa-se em que medida a transferência de vantagens competitivas dos países do Norte para os países do Sul permite ajudar a compreender a tendência observada nos primeiros países para uma diminuição do peso relativo do emprego na indústria transformadora (aqui designado por desindustrialização). A análise deste fenómeno não exclui, no entanto, o papel explicativo importante da tese da maturidade económica.

Por fim, tendo em conta o efeito diferenciado do comércio Norte-Sul sobre as diversas categorias de trabalho no Norte, procurará avaliar-se, partindo do quadro da teoria neoclássica, o poder explicativo deste tipo de comércio na evolução recente dos mercados



de trabalho no Norte e que se tem reflectido num aumento do desemprego (na Europa) e das desigualdades (nos Estados Unidos).

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1999

O sector vitivinícola português e a integração europeia

Ana Isabel Pires Beato Alves de Melo

Este trabalho tem por objectivo principal analisar a influência da adesão de Portugal à CEE na dinâmica do sector vitivinícola português.

A análise começa pela apresentação das principais teorias económicas que procuram explicar o comércio e a especialização internacional, uma vez que não podem ignorar-se as consequências da globalização crescente da economia sobre a dinâmica de qualquer sector. Neste quadro, dar-se-á ênfase ao estudo realizado por Michael Porter para Portugal, no qual o *cluster* do vinho é considerado um dos sectores fundamentais para a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

De seguida, e após a apresentação da percursora histórica do sector até à adesão de Portugal à Comunidade, analisam-se as principais alterações ocorridas após 1986, nomeadamente as verificadas nos organismos de coordenação económica, as alterações dos conceitos de «Denominação de Origem» e as mudanças estruturais derivadas dos apoios comunitários ao sector.

Procurando compreender melhor as mudanças económicas ocorridas no sector vitivinícola após a adesão, este estudo prosseguirá através da análise de séries longas de dados relativos à produção, às exportações e ao consumo de vinho.

Finalmente, é feito um diagnóstico da situação actual do sector, identificando, por um lado, alguns obstáculos que é preciso ultrapassar e, por outro, os vectores de mudança necessários à competitividade do vinho português, tais como o *marketing*, a produtividade das Cooperativas e as actividades de I&D.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999

Área de especialização: Economia Financeira

Política monetária de alvos de inflação e do produto nacional: aplicação ao caso português

Florbela dos Santos Machado

A estabilidade de preços é aceite, pela generalidade dos bancos centrais, como objectivo prioritário da política monetária. Os países da União Europeia têm vindo a desenvolver esforços no sentido de atingir os critérios de convergência nominal, entre os quais está o da estabilidade de preços. O próprio Tratado de Maastricht e da União Europeia define que o objectivo prioritário da política monetária única deve ser a estabilidade de preços. Tal preocupação tem por princípio que a obtenção desse objectivo é uma premissa fundamental para o crescimento económico sustentado e contribui para a melhoria do bem-estar numa economia. Existem vários regimes de política monetária compatíveis com o objectivo da estabilidade de preços. Contudo, durante a década de 90, surgiu um novo regime, designado «alvo de inflação», em que se anuncia explicitamente o objectivo, o que o torna mais transparente.

Neste trabalho, pretende-se apresentar várias questões relacionadas com a definição dos alvos de inflação e do produto nominal e analisar o seu desempenho no caso destes vigorem em Portugal.

Este trabalho começa por definir o conceito de política monetária e apresentar alguns argumentos em favor do objectivo final da estabilidade de preços.

Na etapa seguinte, discutem-se alguns aspectos operacionais relevantes para a implementação da estratégia de alvos de inflação e de alvos do produto nominal. Continua-se com a análise da definição do regime de política monetária: dos países membros da União Europeia; da política monetária única; e de Portugal.

O trabalho prossegue com o estudo empírico, onde o objectivo constitui a análise do desempenho da política monetária portuguesa, durante o período de 1977 a 1997, se esta fosse definida através de alvos de inflação ou do produto nominal.

A simulação feita desenvolve-se a partir do estudo da cointegração entre as variáveis utilizadas e dos modelos do tipo VAR e VECM.



Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1999



Crédito ao consumo e restrições de liquidez — uma aplicação à economia portuguesa

Flora Hermengarda de Pinho e Cunha Lobo

O objectivo deste trabalho é estudar a relevância das restrições de liquidez, nomeadamente sob a forma de racionamento de crédito, e da massificação do crédito ao consumo na determinação do comportamento do consumo privado em Portugal.

A influência da imperfeição dos mercados de capitais e das restrições de liquidez no consumo privado é usualmente apontada como a causa para a rejeição empírica do modelo de consumo aleatório decorrente das hipóteses Ciclo de Vida/Rendimento Permanente com Expectativas Racionais.

O estudo do caso português justifica-se pelo longo período de vigência de uma política de limites de crédito, entre 1978 e Janeiro de 1991, acompanhada até Setembro de 1988 pela fixação administrativa de limites máximos para as taxas de juro activas do crédito, que restringiu de forma importante a expansão do crédito ao consumo. Com a progressiva liberalização e desregulamentação do sistema financeiro português, e em particular do sector bancário, impostas pela criação do Mercado Único de Prestação de Serviços Financeiros, criaram-se as condições favoráveis para o espectacular crescimento que o crédito ao consumo tem vindo a evidenciar desde o início da década de 90.

Utilizando as técnicas de cointegração, conclui-se que não existe uma relação de causalidade do crédito ao consumo para o consumo privado, e, assim, pela irrelevância da presença de restrições de liquidez e da variável crédito para a explicação do comportamento do consumo privado em Portugal.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1999

A estratégia de imunização de um portefólio obrigacionista: uma aplicação ao mercado de obrigações português

Jorge Miguel de Oliveira Sá e Cunha

O investimento em obrigações de taxa fixa não está isento de risco. Este traduz-se no facto de alterações nas taxas de juro tornarem incerto o valor final do investimento: é o risco de taxa de juro.

No entanto, existe uma estratégia de investimento que permite eliminar o risco de taxa de juro: é a imunização. Esta pode definir-se como um procedimento de investimento que permite obter uma taxa de rentabilidade realizada pelo menos igual à taxa de rentabilidade esperada, independentemente da evolução futura das taxas de juro. Isto é conseguido igualando a duração da obrigação ao horizonte temporal de investimento.

Contudo, a aplicação da estratégia de imunização nem sempre proporciona os resultados esperados. Isto acontece porque a medida de duração utilizada é definida para um deslocamento particular da estrutura de prazo das taxas de juro. Daqui surge o risco de processo estocástico.

Fong e Vasicek (1984) propuseram uma abordagem diferente, modelo do M-quadrado (M^2), que não depende da definição prévia do tipo de deslocamento da estrutura de taxas. Para isso, deduziram uma medida da dispersão dos *cash-flows* em torno do horizonte de investimento, o M^2 . O procedimento de investimento consiste em respeitar a condição de imunização e minimizar o M^2 .

Sendo o objectivo do presente trabalho a avaliação da estratégia de imunização e da influência do M^2 , foram simulados dois portefólios de investimento (*barbell* e *bullet*), para um período compreendido entre Janeiro de 1994 e Maio de 1997. Constatou-se que o portefólio *bullet* obteve uma rentabilidade mais elevada do que o *barbell*, o que indica que o mercado de obrigações português não está em equilíbrio. Por outro lado, o estudo econométrico efectuado indica que o M^2 é uma variável importante na explicação da

diferença de rendibilidade dos portefólios, mas o coeficiente obtido apresenta um valor de sinal contrário ao que seria de esperar.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1999

Uma avaliação da «performance» de fundos de investimento mobiliário em Portugal

Peter de Sousa

A avaliação da *performance* dos portefólios e dos seus respectivos gestores tem sido uma questão amplamente debatida ao longo das últimas décadas na área da Economia Financeira. O próprio desenvolvimento da Moderna Teoria do Mercado de Capitais proporcionou o surgimento de medidas compósitas de avaliação da *performance*, como as de Treynor (1965), de Sharpe (1966) e de Jensen (1968). Por seu turno, graças aos inúmeros estudos teóricos e empíricos efectuados têm surgido importantes contributos no desenvolvimento de modelos de avaliação alternativos, como o Modelo de Equilíbrio de Activos Financeiros (MEAF) e o Modelo de Arbitragem (MA), permitindo, deste modo, aprofundar a reflexão e a discussão de conhecimentos relacionados com a análise e a gestão de portefólios.

Os estudos sobre o comportamento dos portefólios podem ser categorizadas basicamente em dois tipos de abordagem: uns assumindo níveis de risco sistemático fixo e outros assumindo níveis de risco sistemático variáveis. Nos desenvolvimentos recentes tem sido favorecida a segunda abordagem, uma vez que o nível de risco sistemático (coeficiente beta) dos portefólios pode ser visto como uma variável de decisão e/ou como um coeficiente aleatório. No presente estudo, seguindo a segunda linha de orientação, foi adoptado o modelo generalizado de parâmetros variáveis apresentado por Chen e Stockum (1986) na investigação empírica da *performance* dos organismos de investimento colectivo em Portugal, nomeadamente para um determinado segmento de fundos de investimento mobiliário, com o intuito de captar não só as decisões de *market timing* dos gestores, mas também o comportamento aleatório dos níveis de risco sistemático.

Os resultados empíricos da investigação sugerem que os gestores dos fundos de investimento em termos globais não evidenciam capacidades de selectividade, embora alguns num momento ou outro contrariem esta tendência, assim como não evidenciam





capacidades no ajustamento do nível do risco sistemático aos movimentos do mercado, adoptando para tal estratégias activas de *market timing*.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1999

Os contratos de futuros sobre taxas de juro: modelos de avaliação e eficiência de mercado

Nuno Miguel Barateiro Gonçalves Silva

Um futuro é um contrato padronizado no qual uma das partes — o comprador — se compromete a comprar uma determinada quantidade dum activo à outra parte — o vendedor — numa data futura, ou ao longo dum determinado período, num local pré-determinado, e a um preço previamente estipulado. A relação umbilical que liga o contrato de futuros ao activo subjacente torna o primeiro um veículo privilegiado de transmissão da informação acerca do segundo, através da previsão implícita no preço do futuro do preço do activo entregável na data de vencimento do futuro. O principal objectivo desta dissertação será, precisamente, a análise da capacidade de incorporação, de forma célere e coerente, da nova informação respeitante ao activo subjacente no preço do futuro, ou seja, o estudo da função informacional dos mercados de futuros sobre taxas de juro.

Neste trabalho apresentam-se os principais modelos tradicionais de avaliação de contratos de futuros e *forward*, e também diversos modelos estocásticos de avaliação de contratos de futuros e *forward* sobre taxas de juro. Procura-se ainda evidenciar as principais diferenças entre os contratos *forward* e futuros, bem como a sua influência sobre o preço relativo destes dois tipos de contratos.

Por último, realiza-se um estudo de carácter eminentemente empírico sobre o mercado de futuros Lisbor a 3 meses, no qual se avalia a integração entre mercado a contado e o mercado de futuros, e ainda a existência de eventuais enviesamentos sistemáticos neste último mercado.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999

Área de especialização: Economia Industrial

Convergência de acordo com a Teoria do Crescimento — Estudo de algumas hipóteses com aplicação à União Europeia

Marta Cristina Nunes Simões

O processo de integração europeia foi desde o início guiado pelo objectivo de aproximação dos níveis de vida dos cidadãos dos Estados-membros, ou seja, pelo objectivo de convergência real.

A Teoria do Crescimento, no ramo do crescimento exógeno, contém uma explicação para a convergência do PIB real *per capita* de grupos de países assentes nas produtividades marginais decrescentes dos factores de produção. Mas contém também, no ramo dos crescimento endógeno, previsões de não convergência.

Ao longo dos quatro capítulos iniciais efectua-se um estudo das previsões de convergência contidas nos principais modelos de crescimento exógeno e endógeno. Os primeiros prevêem convergência de dois tipos: absoluta, que se traduz na igualização dos níveis do PIB real *per capita*, e condicionada, que se traduz somente numa aproximação dos mesmos. O segundo grupo de modelos prevê a manutenção e mesmo o agravamento das diferenças entre os países.

Utilizando modelos que descrevem o processo de crescimento das economias e que, quando aplicados a grupos de economias, prevêem convergência entre elas, passa-se à verificação empírica da hipótese da convergência para os quinze membros da UE entre 1960 e 1990. Os testes levados a cabo baseiam-se em dados de três tipos: dados seccionais, dados cronológicos e dados mistos seccionais-cronológicos.

A aplicação desta análise aos «quinze» permite concluir pela existência de um processo de convergência condicionada a uma taxa de aproximadamente 2% ao ano. Isto significa que a convergência na UE é lenta e sem igualização dos níveis de vida dos cidadãos. A análise com dados mistos não introduz melhorias. Já a análise com base nos dados cronológicos conclui apenas pela existência de convergência entre alguns pares de economias, o que torna o cenário ainda mais negro.

Como as produtividades marginais decrescentes dos factores não são o único mecanismo de convergência entre países, faz-se também referência ao papel da abertura das economias e das transferências de tecnologia.

Testam-se ainda as relações entre o PIB real *per capita* e um conjunto de outros indicadores considerados representativos da qualidade de vida dos cidadãos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Março de 1999





Mestrado em Sociologia

Sobre a Ponte — Transformações na teoria social e na democracia

Mário Artur Borda dos Santos Machaqueiro

Este trabalho versa as transformações contemporâneas na teoria social e nos conceitos e práticas da democracia, inscrevendo-as no quadro de uma reflexão geral sobre as possibilidades, os desafios e os limites que se colocam à construção de uma teoria crítica emancipatória na era da globalização e num tempo que se afigura como sendo de transição societal. Assim, na primeira parte do trabalho, o autor procura traçar as condições de uma epistemologia da globalização, concebida no quadro do pensamento científico integrativo e sistémico. A argumentação desenvolve uma crítica de certas epistemologias «pós-modernas», procurando mostrar os traços de união e as inconfessadas cumplicidades, simultaneamente epistemológicas e ético-políticas, entre o atomismo pós-moderno e certas franjas de conservadorismo e do neoliberalismo. Ao paradigma atomista o trabalho contrapõe uma perspectiva holística, na base de uma releitura do racionalismo de Bachelard, bem como das discussões actuais em torno das metodologias científicas. Seguidamente, aplicam-se os princípios epistemológicos anteriormente defendidos a uma descrição de três cenários para o sistema-mundo. São cenários através dos quais se pode pensar não só os mecanismos da globalização, como também as suas direcções evolutivas, num contexto em que, longe de se fazer futurologia, se assume a indeterminação fundamental, se não da totalidade das redes de causa-efeito que constituem os processos sociais, pelo menos das suas saídas. Trata-se de gizar uma grelha analítica de malha larga, que propicie diferentes opções políticas a partir de diferentes perspectivas do sistema e do seu devir.

A segunda parte do trabalho começa por questionar o estatuto e os limites da democracia representativa, e as aporias que a seu respeito se levantam quando é relacionada e/ou confrontada com o modelo marxista de socialismo, abordando em seguida as virtualidades e os problemas suscitados pela extensão do conceito de democracia. No esforço de pensar

a democracia de modo a reflectir os próprios obstáculos e dificuldades subjacentes ao projecto de democratização da sociedade, são sugeridas algumas linhas de expansão conceptual para a teoria dos espaços estruturais de poder que Boaventura de Sousa Santos tem desenvolvido, testando nomeadamente a possibilidade de essa teoria integrar espaços sociais intermédios, bem como derivações diacrónicas para outros sistemas sociais anteriores ao capitalismo. Todo este percurso desemboca numa discussão das condições e dos obstáculos que rodeiam a tentativa, avançada por aquele autor, de renovar a teoria crítica através de uma reconstrução utópica da subjectividade. Essa discussão desdobra-se em duas etapas: em primeiro lugar, cruza as novas subjectividades emancipatórias, sugeridas por Sousa Santos, com a sua concepção dos espaços de poder, e, em segundo lugar, mede os limites antropológicos dessa proposta utópica, confrontando-a com uma teoria da posição do sujeito inspirada por desenvolvimentos recentes da psicanálise. O propósito é identificar as zonas silenciadas ou impensadas que pesam sobre os projectos emancipatórios, contribuindo para maximizar a consciência das tensões, das limitações, das contrariedades, dos bloqueios e dos recuos que habitam o interior da própria emancipação e que, em determinadas circunstâncias, ameaçam transformá-la no seu oposto.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Março de 1999

**Paz na Terra, Guerra em Casa —
Feminismo e Organizações de Mulheres em
Moçambique**

**Isabel Maria Alçada Padez Cortesão
Casimiro**

O trabalho aborda a temática das organizações de mulheres em Moçambique (1970-90), no contexto dos Novos Movimentos Sociais, surgidos do processo de globalização capitalista, e questiona até que ponto a sua perspectiva e práticas sociais ajudam a superar a exclusão das mulheres, e contribuem para forjar novas relações de solidariedade entre mulheres e homens, no sentido de construção de novas práticas emancipatórias.

Os movimentos sociais de mulheres e os movimentos feministas, são considerados — em conjunto com o movimento pacifista, ecologista e anti-racista — poderosos movimentos federativos. A força destes movimentos reside na sua dimensão internacional e transnacional, no facto de colocar problemas específicos, em cada país, e para diferentes grupos de mulheres, mas também na defesa de princípios universais e gerais, pela proposta de mudança do modelo de sociedade hegemónico.

A investigação foi orientada por uma perspectiva feminista crítica, que incorpora elementos do feminismo marxista, nacionalista e pós-estruturalista. Toma como ponto de partida as diferentes experiências de diversos grupos de mulheres, entrelaçadas pelas variáveis classe, raça-ethnicidade e imperialistas; baseia-se num conhecimento situado, modo de estar e de analisar individual e colectivo. Incorpora a análise histórica e é multidisciplinar e multidimensional, inter-relacional na análise dos aspectos económicos, políticos, culturais e psicológicos, e das esferas subjectivas e objectivas. O trabalho de campo consistiu numa combinação de diferentes técnicas de pesquisa — pesquisa documental, entrevistas, histórias de vida, pesquisa participante, participação em diversos projectos de investigação e actividades — e no estudo de caso de seis organizações: Organização da Mulher Moçambicana; União Geral das Cooperativas; Gabinete da Esposa do Presidente da República; Mulher, Lei e Desenvolvimento; Fórum Mulher; Associação Moçambicana Mulher e Educação.

O objectivo deste estudo é mostrar que o movimento para a emancipação e cidadania da mulher se iniciou no período da luta nacionalista organizada pela independência de Moçambique. O movimento de mulheres revela uma relação problemática com os políticos nacionalistas, relacionada com a difícil aceitação das mulheres como actoras sociais, ao lado dos homens, e com a questão da transformação do pessoal em político. As organizações de mulheres surgidas no período em estudo, ainda que novas em termos da sua existência e práticas sociais, têm revelado que a cidadania não se obtém por decreto, mas que é um processo de construção permanente e constante, que se exerce na medida em que, as mulheres e os homens, adquirem consciência da sua condição de sujeito e, no caso das mulheres, consciência da sua identidade e da sua especificidade de género, processo que é capaz de levar a cabo acções para transformar as diversas situações de subordinação prevaletentes na sociedade.

Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra, Julho de 1999





Os percursos da ideologia nacionalista

Paula Cristina Pacheco Medeiros

A questão central, em discussão neste trabalho, é a da necessidade de reavaliar o papel do nacionalismo, nas sociedades contemporâneas.

Esta discussão desenvolve-se num quadro mais amplo, no qual se pretende fazer uma reflexão crítica, sobre a emergência da ideologia nacionalista, localizar as suas raízes sociais e políticas e identificar os processos históricos, que favoreceram o seu desenvolvimento.

Tenta-se, igualmente, pôr em evidência a contemporaneidade desta problemática, relacionando-a com as perspectivas e processos de globalização. Procura-se, sobretudo, seleccionar alguns enquadramentos teóricos que permitem questionar a pertinência da aplicação do conceito de Estado-nação, nas sociedades contemporâneas.

Após o desenvolvimento de algumas hipóteses de trabalho, sobre a questão nacional em Portugal, procede-se a um primeiro contacto directo com uma determinada realidade social, ao iniciar-se um estudo exploratório, acerca do discurso político do C.D.S./Partido Popular, sobre a questão europeia.

Por fim, conclui-se que a ideologia nacionalista esteve presente em diferentes contextos espaço-temporais modernos, nos diferentes regimes políticos, nos grupos que mobilizou, nas emoções que recrutou, nas estratégias e discursos que inspirou mas, também, no seio dos povos que dominou.

Em cada novo percurso nacionalista, parecem estar sempre presentes as referências estruturais das ideologias nacionais em decadência.

No entanto, os percursos são infundáveis e a sua análise promete uma contínua inovação teórica.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999

Racismo e anti-racismo portugueses na globalização

Fátima da Cruz Rodrigues

O objectivo geral do trabalho realizado foi duplo:

- Procurou, por um lado, analisar o tipo de racismo que se desenvolve na Globalização e situar o racismo português nesta problemática;
- Por outro lado, tentou explicar parte dos motivos que permitem entender o facto de, a par da existência de um movimento Anti-Racista, nomeadamente em Portugal, se testemunhar a presença de um racismo que parece ignorá-lo.

A análise empírica demonstrou, que o reconhecimento da existência de racismo surge tarde em Portugal, coincidindo com o momento em que se intensifica o debate em torno do fortalecimento da integração na Comunidade Europeia e do problema da imigração em Portugal, o que poderá indicar que, em parte, esta problemática surge associada a referências supranacionais. Concluiu-se ainda que, o racismo que predomina em Portugal se situa preferencialmente no seio de relações e de problemas sociais vivenciados no quotidiano e que este adopta uma forma bastante estruturada, nomeadamente nos casos de levantamento populares, quando aglutina e instrumentaliza estereótipos, preconceitos e avaliações para afastar determinado grupo social ou enclausurá-lo na sua especificidade, o que por vezes não parece circunscrever-se ao nível infra-político.

Por fim, do enquadramento geral da problemática do anti-racismo, a análise empírica deste movimento centrou-se nos seus campos analítico-discursivo e de intervenção política com o objectivo de verificar, por um lado, se o seu discurso assenta nas mesmas ambivalências e paradoxos dos seus homólogos europeus e se, por outro lado, demonstra possuir a capacidade de construir uma nova esfera de acção política.

O discurso anti-racista revelou estar organizado predominantemente em torno do imigrante o qual é essencialmente concebido com base em referências europeias e estruturado em torno de certos eixos centrais — nomeadamente a desmistificação dos brandos costu-

mes associados à herança colonial, a demonização da Europa e a idealização de uma sociedade multicultural equacionada entre a cultura portuguesa e a africana —, o que revela a sua preferência pelo objecto do Racismo Europeu.

No que respeita ao campo de acção política do anti-racismo, concluiu-se que este movimento abriu, sem dúvida, um novo espaço de debate político centrado na denúncia de um tipo de opressão pós-materialista, situando as suas preocupações na esfera dos modos de vida e da cultura.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999

Teoria Democrática e o desafio da Cidadania Pós-nacional (sujeitos, espaços e direitos de uma cidadania renovada, para um projecto de democracia participativa de alta-intensidade)

Isabel Maria Estrada Carvalhais

A presente dissertação centra-se no conceito de *cidadania*, organizando-se a sua análise e crítica entre a identificação do seu perfil moderno e a identificação das diversas patologias que têm ditado a sua crise actual. Esta tarefa abre caminho à posterior apresentação de uma cidadania de perfil e conteúdo renovados, assente num novo paradigma de relações de poder: *um paradigma de emancipação dos homens e das gentes*.

Nesta análise é fundamental a avaliação dos termos históricos que determinam a criação, evolução e crise do modelo do Estado Moderno, na medida em que tem sido ele o gestor supremo da cidadania enquanto código regulador das suas relações de poder com os seus membros.

De todas as relações de poder, a relação com os não-cidadãos é todavia a que tem registado níveis mais elevados de acelerada inadequação face aos desafios da globalização e a características emergentes nas sociedades pós-industriais. Tal inadequação é tanto mais visível quanto mais o discurso da legitimidade política parece assentar na ideia da *universalidade dos direitos humanos*, o que pressupõe construir sociedades mais solidárias e mais comunicativas entre *todos* os seus membros, ou seja: sociedades assentes num paradigma de cidadania pós-nacional.

Por cidadania pós-nacional entende-se um *paradigma de acção e de relação entre a sociedade e o Estado no qual todos os seus membros são igualmente instruídos de direitos de participação democrática e de comunicação plena*, que os habilitem em igualdade e liberdade a serem partes activas nos processos de decisão que potencialmente os afectem.

E é esta *condição pós-nacional* da cidadania que aqui se considera que melhor poderá servir na Europa o projecto de uma verdadeira *democracia de alta intensidade*.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999





Cidades, geminações e globalização: a força dos pequenos laços

Beatriz de Oliveira Xavier

Que importância podem ter, num mundo globalizado, as relações transnacionais levadas a cabo pelas cidades? Com o enfraquecimento do Estado-nação decorrente do processo de globalização económica, assiste-se a um dinamismo acrescido das esferas supra e infra-estatais. Entre estas últimas encontram-se as cidades.

Dado que os problemas vividos ao nível local não podem acolher respostas cabais junto do Estado-nação, cada vez mais os municípios promovem eles mesmos iniciativas descentralizadas de trabalho e desenvolvimento local. Os programas de geminação que as cidades põem em marcha constituem um instrumento susceptível de ser utilizado para a promoção da cooperação inter-municipal.

Num mundo global, é a interacção e não a localização que se revela importante. As cidades não são pontos isolados, mas actores transnacionais, sendo o seu envolvimento e interacção com outros locais e agentes um elemento de crescente importância no universo da concorrência inter-cidades. A formação de parcerias e redes de trabalho permite a criação de solidariedades estratégicas, a cooperação e troca de informação entre os locais.

Para as cidades portuguesas, em geral, e para as capitais de distritos da Região Centro, em particular, as relações de geminação parecem adquirir uma importância acrescida como veículos de uma maior integração internacional das cidades, nomeadamente ao nível do espaço da União Europeia e dos países de língua oficial portuguesa. A partilha de experiências favorece não só melhores soluções no âmbito das políticas locais como projecta as cidades numa ordem global.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999

Dos pontapés na bola aos pontapés no direito — para um entendimento do direito do desporto

Carlos Manuel Simões Nolasco

A partir do universo lúdico do jogo, o desporto ganha uma consistência social, a ponto de reclamar, para si, um mundo à parte, com uma lógica específica e uma ordem normativa própria. Apesar das regras do jogo remeterem para um universo onde, de alguma forma, se reproduz mimeticamente a realidade, a verdade é que o crescimento desmesurado do desporto o juridificou, suscitando a necessidade duma racionalidade jurídica dentro da actividade desportiva e fora dela.

Nesta dupla necessidade de se estabelecerem contornos normativos para o desporto, pode visualizar-se uma situação de confronto entre duas ordens: dum lado o universo desportivo com um específico modo de jurisdição; do outro, o Estado que, detentor do monopólio jurídico, não quer deixar de enquadrar, quanto mais não seja através de regras mínimas, a actividade desportiva.

Desde logo, este confronto remete para uma situação de pluralismo jurídico, ou seja, uma situação em que num mesmo espaço geopolítico coexistem mais do que um sistema normativo, estando aí implícita a negação do Estado como centro único do poder político-jurídico.

A dualidade de fontes normativas, constitui efectivamente a grande particularidade do direito do desporto, e nesse sentido pode ser definido como sendo um direito em competição, opondo dois espaços institucionais e dois corpos de regras sem árbitros reconhecidos. O pluralismo jurídico deste confronto não é o pluralismo simples, resultante da existência de mais do que «um», nem tão pouco é o pluralismo jurídico entre um direito colonizador e um direito colonizado, ou entre um direito estatal e um direito paralelo não oficial. Este é um pluralismo resultante de um único direito, em que duas ordens normativas concorrem entre si pela sua posse e consequente regulação do espaço desportivo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999

Promoção e prescrição dos medicamentos em Portugal — a realidade nacional face à globalização

Cristina Isabel R. Campia Novo

Os medicamentos distinguem-se de todos os outros produtos por características muito próprias: não estão sujeitos ao princípio da livre circulação, o seu preço é fixado pelo Estado e o seu consumidor final não tem, na maior parte das vezes, poder de escolha.

O mercado do medicamento em Portugal é caracterizado pela existência de um elevado número de marcas de medicamentos, ao contrário do que acontece na maioria dos outros países.

O objectivo deste trabalho foi, em primeiro lugar, inventariar o percurso do medicamento: saber como uma determinada molécula passa a um medicamento, com uma determinada marca, com um determinado preço, sujeito a uma receita médica e disponível numa farmácia.

Em segundo lugar, pretendeu-se avaliar o trabalho da Indústria Farmacêutica e investigar as constantes suspeitas levantadas na opinião pública sobre a corrupção dos médicos. Para tal, escolheu-se uma metodologia de avaliação qualitativa por amostragem circunscrita, baseada no cruzamento das vendas registadas em quatro farmácias da Região Centro para cinco substâncias (nas suas várias marcas), num período de seis meses. Posteriormente, foi feito o levantamento dos registos dos Delegados de Informação Médica que promovem os medicamentos seleccionados e cruzáram-se as vendas com as marcações encontradas. Este estudo foi ainda complementado por um inquérito aos médicos correspondentes à área de cobertura deste estudo, com o objectivo de avaliar o seu raciocínio e critério de prescrição.

Deste conjunto de informação compilada, estruturada, analisada, ressaltam conclusões expressas ao longo do trabalho, as quais indicam que as relações normais entre a classe médica e a Indústria Farmacêutica são éticas; mais: a polémica mediática que se faz sobre este assunto não corresponde ao universo da classe, mas a casos isolados e susceptíveis de serem identificados.

No último capítulo deste trabalho, compila-se alguma informação sobre os dados mais significativos da polémica sobre a corrupção da classe médica por parte da Indústria Farmacêutica durante o ano de 1997.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999





Mestrado em Ciências Empresariais

Área de especialização: *Qualidade Total*

ISO 14001 — *Perspectivas e abordagens*

Maria Luísa Henriques Goulão

Desde há longa data, o Homem vem provocando um forte impacto no Meio Ambiente, situação que está a levar este Planeta a uma situação de rotura. Os problemas ambientais são de uma magnitude sem precedentes, não só ao nível da poluição, mas também na delapidação dos recursos existentes. Esta grave situação que começa a afectar toda a Humanidade, e mesmo a pô-la em risco, exige uma mudança de atitude.

No entanto, a tomada de medidas ambientalistas é extremamente polémica e complicada, pois o crescimento económico está intimamente ligado à industrialização e consumismo, que por sua vez estão implicitamente ligados a um agravamento da situação ambiental.

Se a indústria é uma das grandes responsáveis pela presente situação também é ela que tem o *know how* e poder para inverter a situação.

Em 1996, a *Organização Internacional de Normalização* (ISO) publica as normas internacionais de gestão ambiental — Normas da série ISO 14000. Estas normas são mais uma importante ferramenta que as empresas passaram a ter à sua disposição para gerir os aspectos ambientais e assim contribuir para um «desenvolvimento mais sustentável».

A importância deste modelo não se esgota no efeito positivo que pode existir em termos ambientais. As normas ISO 14000 podem ainda contribuir para o crescimento de uma nova e importante área de negócio — o Ambiente — e que pode passar pela criação de empresas de consultoria, de gestão e tratamento de resíduos, de equipamento industrial e mesmo pela criação de entidades de certificação e acreditação.

Atendendo ao forte impacto que as ISO 14000 podem ter nos mais variados sectores, considerou-se pertinente fazer uma avaliação da susceptibilidade que as empresas portuguesas estão a ter relativamente a este modelo.

Devido à semelhança entre o modelo de gestão ambiental ISO 14001 e os modelos de garantia da qualidade da série 9000, esta análise foi desenvolvida atendendo às duas vertentes. Após uma análise de ambas as áreas e respectiva relação, prosseguiu-se para um estudo de carácter empírico que teve duas componentes principais:

- Inquérito realizado a cerca de 500 empresas do território nacional com o objectivo de avaliar em linhas gerais qual a sensibilidade e opinião relativamente aos sistemas da qualidade e de gestão ambiental propostos pela ISO.
- Visita e entrevista realizada a 5 empresas que neste momento já se encontram a implementar um SGA (sistema de gestão ambiental) segundo a norma ISO 14001, para uma análise mais detalhada da abordagem que está a ser seguida.

Uma análise global das respostas obtidas permite concluir que a ISO 14001 está a ter uma grande aceitação no tecido empresarial português, nomeadamente entre as maiores empresas com modelos de garantia da qualidade já certificados. Cerca de 18% das empresas que enviaram resposta já estão a trabalhar nesta área e 11% tencionam fazê-lo no prazo de 1 a 2 anos.

Embora a ISO 14001 comece a ser encarada como uma importante ferramenta que auxilia a empresa a cumprir a legislação e simultaneamente promove a sua imagem, actualmente a implementação de sistemas de gestão ambiental ainda se deve principalmente a uma orientação estratégica do grupo em que as empresas se inserem.

A um nível mais operacional é de destacar o facto de grande parte das empresas estar a gerir o seu sistema ambiental e da qualidade de forma independente, havendo contudo uma integração bastante forte em relação a alguns aspectos concretos, como por exemplo ao nível da gestão documental.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1999

Mestrado em Gestão da Informação nas Organizações

Área de especialização: Estatística e Sistemas de Informação nas Organizações

Desenvolvimento de um sistema de apoio à interacção de um grupo distribuído. AGAP — apoio a grupos de análise e avaliação de projectos

Secundino Domingos Marques Lopes

O objectivo principal deste trabalho enquadra-se no âmbito do desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão em grupo (SADG) orientado para apoiar processos de avaliação e selecção de projectos de investimento, em que as actividades são empreendidas por um grupo de decisores distribuídos geograficamente — o sistema AGAP (Apoio a Grupos de Análise e Avaliação de Projectos).

Pretende-se que, na sua versão final, este sistema seja uma ferramenta fácil de utilizar por grupos privados e/ou públicos que se dediquem à análise e avaliação de projectos comerciais ou industriais, numa perspectiva económico-financeira. O grupo associado ao sistema AGAP difere dos grupos apoiados por sistemas de apoio condicionados pelo espaço físico, uma vez que a sua principal característica reside na dispersão geográfica dos seus elementos. Trata-se de um grupo homogéneo com experiência na área de avaliação financeira de projectos e com alguma prática na utilização de ferramentas de apoio à decisão. O seu objectivo principal constitui a selecção de projectos, encontrando um equilíbrio entre a rentabilidade, o risco e questões consideradas estratégicas pelos actores.

Antes de apresentar a estrutura do sistema desenvolvido e implementado, são expostos, na primeira parte deste trabalho, conceitos e características relacionadas com processos de decisão em grupo e sistemas de apoio ao grupo. Ao nível de processos de decisão, este trabalho analisa as principais características de um grupo de agentes de decisão assim como as fases que um processo desta natureza compreende. Ao mesmo tempo é analisada a influência das ferramentas de apoio ao grupo na organização e em processos de decisão. De seguida e com mais detalhe são expostas as principais características de um

sistema de apoio ao grupo e quais os aspectos-chave a considerar no seu desenvolvimento.

Ainda na primeira parte, é abordada uma das vertentes dos sistemas de apoio relacionadas com dois aspectos: o apoio à tomada de decisão em grupo e o facto de os elementos do grupo se encontrarem dispersos temporal e geograficamente.

A segunda parte é inteiramente dedicada à descrição do sistema AGAP, com particular destaque para o apoio à interacção entre os utilizadores do sistema, isto é, a parte que foi desenvolvida e implementada no âmbito deste trabalho. Neste contexto, é descrita a estrutura do sistema, bem como os serviços disponíveis de apoio à interacção do grupo (mensagens, processos de votação, envio de informação de análise de projecto). Apresenta-se ainda um pequeno manual de utilização da parte do sistema desenvolvida. Por último, apresentam-se algumas conclusões e propostas de actuação para o futuro.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1999





Mestrado em Gestão e Economia da Saúde

Qualidade de vida em doentes submetidos a revascularização coronária

Elsa Maria de Oliveira Pinheiro de Melo

Esta investigação teve como objectivo principal avaliar o impacto da cirurgia de revascularização coronária na qualidade de vida dos doentes coronários, bem como identificar algumas variáveis que concorrem para influenciar a percepção do doente acerca do seu estado de saúde.

Procedeu-se a um estudo longitudinal, do tipo *ex post facto*, com *follow up* inicial de 150 doentes, que incluiu na fase final 132 doentes, com avaliação da percepção da qualidade de vida, antes da cirurgia e nos seis meses seguintes.

Como instrumentos de medição utilizaram-se duas escalas genéricas: o *Short Form-36* (SF-36) e o *Nottingham Health Profile* (NHP), e um questionário para identificação dos estilos de vida nos dois momentos. Este estudo inclui o processo de tradução, adaptação cultural e validação do NHP.

Os doentes eram na maioria homens (94,0%), com idade superior a 50 anos (80,7%), com nível de instrução básico ou inferior (65,0%), casados (87,3%), verificando-se um número significativo de reformados (44,0%).

Em termos de características clínicas, 38,6% dos doentes apresentavam limitações físicas marcantes, correspondentes ao Grau III/IV da classe CCS, com comorbilidade (79,5%), enfarte prévio (50,8%) e lesão coronária de 3 vasos (68,2%). A maioria dos doentes foi submetida a *bypass* arterial (98,5%), tendo-se verificado complicações pós-operatórias em 28,8% dos doentes. O tempo de internamento foi, na maior parte dos casos, inferior a 8 dias (88,6%).

A cirurgia revelou-se eficaz na melhoria da qualidade de vida dos doentes, tendo-se verificado diferença estatisticamente significativa para todas as dimensões dos dois instrumentos de medição, no sentido de uma percepção mais satisfatória depois da intervenção.

Apenas em relação à dimensão saúde geral não se confirmou a hipótese;

no entanto, verificou-se uma tendência de melhoria.

O maior nível de instrução dos doentes esteve relacionado com uma percepção de qualidade de vida mais satisfatória, em relação à dimensão energia (NHP).

Os doentes casados, evidenciaram percepções significativamente mais positivas nas dimensões dor corporal (SF-36) e isolamento social (NHP).

Os resultados sugerem um impacto negativo de aspectos clínicos nas dimensões de carácter psicossocial, nomeadamente, da comorbilidade na dimensão vitalidade (SF-36), da severidade da angina pré-operatória nas dimensões saúde mental, função social e vitalidade (SF-36); do número de factores de risco nas dimensões reacções emocionais e energia (NHO); das complicações pós-operatórias na dimensão isolamento social (NHP), verificando-se influência destas características na determinação de *scores* correspondentes a uma percepção de qualidade de vida menos satisfatória.

Seis meses depois da cirurgia, 62% dos doentes que trabalhavam, retomaram a actividade profissional; destes, 72,7% a tempo inteiro e 27,3% a tempo parcial, correspondendo, na maior parte dos casos, a doentes com profissões científicas, técnicas e directores administrativos. Verificou-se um aumento do número de desempregados e de reformados neste período.

Os doentes parecem adoptar estilos de vida mais saudáveis depois da cirurgia, verificando-se uma diminuição do consumo de tabaco, ingestão de bebidas alcoólicas em quantidade de risco e alimentação quantitativamente mais equilibrada.